

## A POLÍTICA DE ESPORTE EDUCACIONAL DE LULA E DILMA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ARCABOUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL\*

**Nadson Santana Reis<sup>1</sup>**

*nadsonsr@hotmail.com*

**Eliane Elicker<sup>2</sup>**

*elielicker@gmail.com*

**Mariângela Ribeiro Santos<sup>1</sup>**

*angelaribeiro.mari@gmail.com*

**Wagner Barbosa Matias<sup>3</sup>**

*wagner.matias@outlook.com*

**Fernando Mascarenhas<sup>1</sup>**

*fernando.masca@outlook.com*

**<sup>1</sup>Universidade de Brasília (UNB)**

**<sup>2</sup>Universidade Federal do Acre (UFAC)**

**<sup>3</sup>Ministério do Esporte**

### **RESUMO**

A pesquisa analisou as diretrizes teórico-conceituais do conjunto dos programas de esporte educacional desenvolvidos pelo Governo Federal (2003-2016). A pesquisa, de caráter documental, desenvolvida a partir de documentos legais e dispositivos políticos, apontou a falta de definição quanto à linha de ação governamental.

### **PALAVRAS-CHAVE**

*Políticas públicas; Esporte; Esporte Educacional*

\* O primeiro autor contou com bolsa de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



## INTRODUÇÃO

O esporte educacional – dimensão do esporte praticado nas escolas com vistas ao desenvolvimento integral e à formação cidadã – passou a ocupar lugar de destaque no conjunto das políticas de esporte no país.

Esse movimento de revalorização das práticas esportivas nas escolas foi destravado a partir do fracasso nas Olimpíadas de Sidney, em 2000 (OLIVEIRA, 2009). Um movimento que buscou orientar a escola para a identificação/seleção do talento esportivo.

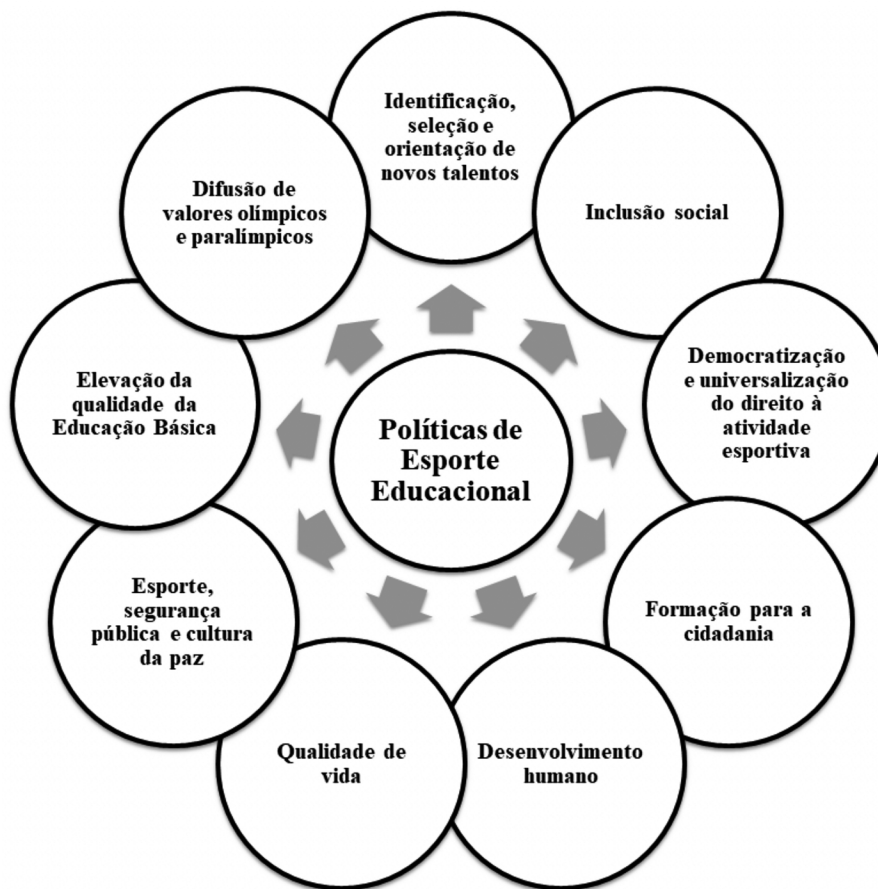
A chegada dos megaeventos ao país, em 2007, reforçou esse movimento. A “nova” agenda esportiva, colonizada e submissa pelos megaeventos, buscou instrumentalizar as políticas de esporte educacional (BRACHT; ALMEIDA, 2013).

Assim, esse estudo buscou analisar as políticas de esporte educacional organizadas entre 2003 e 2016 pelo Governo Federal. A justificativa decorre da necessidade de se entender os interesses e papéis assumidos por essas políticas no contexto dos Governos Lula e Dilma.

## METODOLOGIA

As políticas analisadas nesse estudo foram desenvolvidas nos Governos Lula e Dilma entre 2003 e 2016, quais sejam: Programa Segundo Tempo, Forças no Esporte, Ação Descoberta do Talento Esportivo, Projeto Esporte Brasil, Esporte da Escola, Atleta na Escola e Jogos Escolares Brasileiros.

A pesquisa, de natureza documental, implicou análise de dispositivos legais e políticos do conjunto dos programas valendo-se, ainda, do noticiário oficial. As informações foram analisadas por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) que acabou redundando em nove (09) categorias, a saber:



**Diagrama 01:** Linhas de ação das políticas de esporte educacional

**Fonte:** Elaboração própria.



As diretrizes de ação, em destaque, responderam pelo arcabouço lógico-conceitual e sua análise implicou avaliação crítica afinada com a defesa do esporte como direito.

## **IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO, ORIENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS TALENTOS**

A presente linha de ação gozou de prestígio no conjunto das ações da política de esporte educacional, envolvendo, para tanto, os programas Forças no Esporte, Ação Descoberta do Talento Esportivo, Projeto Esporte Brasil, Programa Atleta na Escola e Jogos Escolares Brasileiros.

Como uma diretriz, tal orientação minou a política esportiva de conteúdo educacional a partir da premissa de que da escola se deveria carrear os novos talentos que o país precisava. Nessa formatação, o esporte funcionaria como instrumento políticos de aproximação do Estado e setor esportivo à juventude escolar.

Assentada numa concepção de talento limitada a aspectos biofisiológicos, descartando os fatores socioambientais como fulcro do desenvolvimento da cultura esportiva, tal elaboração foi alimentada e justificada pelo desejo de projetar o Brasil como uma potência olímpica.

## **INCLUSÃO SOCIAL**

A premissa da inclusão buscou justificar/legitimar o gasto público, colocando à dimensão educacional – Segundo Tempo, Forças no Esporte, Esporte da Escola e Atleta na Escola –, a responsabilidade pela regressão do quadro de injustiça social.

No conjunto dos materiais analisados há, contudo, duas concepções. O primeiro entendimento redundante na focalização das ações em crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social. Imbuída nessa perspectiva está a promessa de integração e/ou ascensão social.

A segunda compreensão, atenta à diversidade de corpos, de etnias, de habilidades, de gênero e sexualidade, marcadores que, não raras vezes, foram tomados como indicativos para excluir determinados sujeitos da prática esportiva.

## **DEMOCRATIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO DIREITO À ATIVIDADE ESPORTIVA**

A democratização e universalização também se apresentaram como uma diretriz dos programas Segundo Tempo, Esporte da Escola, Atleta na Escola e Jogos Escolares Brasileiros. Uma preocupação que, no discurso, estava centrada na defesa do acesso à atividade esportiva como direito, bem cultural e produto social importante à formação do brasileiro.

A necessidade de universalizar e democratizar a prática esportiva a crianças, adolescentes e jovens em idade escolar é, então, desenvolvida a partir da premissa do esporte como direito social vinculado à responsabilidade do Estado.

Apesar disso, sua fundamentação decorre, em larga medida, do conteúdo presente na Lei Pelé. Por isso, o esporte educacional apareceu majoritariamente vinculado aos princípios de totalidade, coeducação, emancipação, participação, cooperação e regionalismo com vistas a evitar a seletividade e hipercompetitividade.

## **FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA**

A formação cidadã constitui outro elemento que permeia a concepção de alguns programas de esporte educacional – Segundo Tempo, Esporte da Escola, Atleta na Escola e Jogos Escolares Brasileiros. Sua presença, nesses programas, pode facilmente ser apanhada na concepção, nos objetivos e procedimentos.

A democratização do acesso à cultura esportiva, nesse bojo, foi tomado como fator para a formação cidadã. O esporte educacional, por seu turno, constituiu conteúdo privilegiado nessa empreitada. E a



propalada formação cidadã esteve articulada à necessidade de legitimar, justificar e viabilizar a já discutida massificação esportiva.

Nessa direção, a referida diretriz funcionou como uma espécie de verniz social afinada com a demanda de alguns setores da sociedade civil sedentos por justiça, ampliação de direito e redistribuição. Entretanto, apesar disso, sua recorrência tem relação com o processo de ressemantização e banalização do termo que o distancia de uma cidadania substantiva centrada no direito a ter direito.

## **DESENVOLVIMENTO HUMANO**

A noção de desenvolvimento humano passou a constituir um dos elementos que buscavam justificar as políticas em análise. Tal assertiva estava presente no Segundo Tempo, Esporte da Escola e Jogos Escolares Brasileiros.

Desse modo, tais programas concorriam para materializar a concepção de esporte da Política Nacional que, não obstante, tomava-o como condição essencial ao desenvolvimento humano. Um desenvolvimento resultante da contribuição do esporte na aptidão física, no bem estar-mental, na interação, na inclusão social e no exercício da cidadania.

Esse entendimento, a despeito de suas lacunas e imprecisões teórico-conceituais, estava vinculado à noção de aproximação entre níveis de crescimento econômico e a equidade social. Sua materialização, nessa lógica, se desdobraria na realização plena dos direitos humanos, na promoção da liberdade e na oferta equitativa de oportunidades.

## **QUALIDADE DE VIDA**

A qualidade de vida é outro elemento que aparece no conjunto das diretrizes dos programas. O foco é ampliar e/ou contribuir para a melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens. Uma ideia colocada em paralelo com a questão do atendimento prioritário a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.

A noção de qualidade de vida aparece limitada e/ou circunscrita ao propósito de atenuante das inúmeras adversidades sociais que marcam os contextos de aplicação dos programas. Essas adversidades supõe o desenvolvimento de ações em áreas marcadas pela violência, ausências do Estado e serviços sociais, delinquência e exclusão social e econômica.

As políticas de esporte educacional, contudo, apresentam um discurso bastante inespecífico e generalizante em relação à questão. Apesar disso, tal elaboração discursiva apresentava vínculos com a noção de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva, bem como vinculada à correlação “atividade física/qualidade de vida”.

## **ESPORTE, SEGURANÇA PÚBLICA E CULTURA DA PAZ**

No conjunto dos programas analisados há, também, a preocupação com a estratégia de legitimação, aproximação e inserção do Estado brasileiro, por meio de suas Forças Armadas, nas comunidades e/ou áreas de fronteiras. Uma diretriz que supõe a associação deliberada da política de esporte – Forças no Esporte – à política de segurança pública.

Tal aspecto implicou na aproximação entre o fenômeno esportivo e as ações no campo da segurança pública. Essa aproximação ocorreu graças a um entendimento de esporte calçado na ideia de que ele teria capacidade para ultrapassar limites e barreiras, assim como iniciar contatos entre grupos antagônicos.

Fato que ocorre a partir da percepção de que os valores aprendidos no esporte correspondem aos da educação para a paz. Nesse projeto, o esporte funcionaria como elemento capaz de resolver e impedir conflitos, bem como criar as circunstâncias que conduziria à paz.



## ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A escola em franca expansão de seu raio de atuação foi levada a assumir os papéis de educar e proteger. Nesse contexto, o Programa Mais Educação buscou ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e, também, os espaços para o desenvolvimento de atividades educativas.

Nesses moldes, o programa buscava responder ao desafio de aumentar a qualidade do ensino. Assim, a ação, de maneira explícita e formal, colocava o esporte como um elemento importante no processo de qualificação da Educação Básica.

O esporte educacional ganhava, então, relevo no âmbito do projeto de elevação da qualidade da educação nacional. Uma qualidade aferida e atestada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Índice pautado, basicamente, nos dados de fluxo e, também, em pontuações obtidas em avaliações de larga escala.

## DIFUSÃO DE VALORES OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

O desenvolvimento e a difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre os estudantes do Ensino Básico é outra diretriz normativo-operacional. Partindo de uma ideia de que o fomento à prática esportiva seria suficiente para tal empreitada, o Atleta na Escola advogou a necessidade de difundir valores do movimento olímpico internacional.

Essa premissa, desconsiderando a necessidade de um processo de educação olímpica, buscou pautar a formação de valores olímpicos sem a correspondente preocupação com o caráter multidisciplinar e transversal que tem nos valores olímpicos o eixo integrador.

Essa pretensão estava assentado na ideia de esforço pela perfeição humana através da alta performance, bem como na atividade esportiva relacionada a princípios éticos, além de conceito de paz e boa vontade entre as nações e a promoção de mudanças para emancipação através do esporte.

## CONSIDERAÇÕES

Das considerações apresentadas é possível depreender que o conjunto das políticas analisadas, no “Brasil de Lula e Dilma”, ocorreu de forma desorganizada e desarticulada, uma vez que faltava uma diretriz normativo-operacional precisa e bem definida.

Apesar disso, a defesa da democratização da cultura esportiva, o reconhecimento da variabilidade de sentidos/significados que atravessam a atividade esportiva, a ideia de que o esporte educacional constitui elemento importante à experiência humana e a ênfase nos princípios da inclusão – vinculada à diversidade e diferença – constituíram progressos importantes no conjunto dos programas analisados.

Contudo, a ratificação de uma concepção idealista, funcionalista e utilitarista do esporte, bem como a perspectiva de colonização do esporte educacional pelos sentidos, valores e regras do rendimento constituíram contradições fundamentais. Ademais, a carência de uma concepção substantiva de cidadania, desenvolvimento humano e inclusão funcionaram como entraves à alardeada democratização da prática esportiva.



## THE POLICY OF EDUCATIONAL SPORT OF LULA AND DILMA: CONSIDERATIONS ABOUT THE THEORETICAL-CONCEPTUAL FRAMEWORK

### ABSTRACT

The research analyzed the theoretical-conceptual guidelines of the set of educational sports programs developed by the Federal Government (2003-2016). The documentary research, developed from legal documents and political devices, pointed to the lack of definition regarding the government's line of action.

**KEYWORDS:** *Public policy; Sport; Educational Sport.*

## LA POLÍTICA DE DEPORTE EDUCACIONAL DE LULA Y DILMA: CONSIDERACIONES SOBRE EL ARCABOUZO TEÓRICO-CONCEITUAL

### RESUMEN

La investigación analizó las directrices teórico-conceptuales del conjunto de los programas de deporte educativo desarrollados por el Gobierno Federal (2003-2016). La investigación, de carácter documental, desarrollada a partir de documentos legales y dispositivos políticos, apuntó la falta de definición en cuanto a la línea de acción gubernamental.

**PALABRAS CLAVES:** *Políticas públicas; Deporte; Deporte Educativo.*

### REFERÊNCIAS

BARDAN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos trazem para a Educação Física Escolar. *Em Aberto*, Brasília, v. 26, n. 89, p. 131-143, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, S. A. *O "novo" interesse esportivo pela escola e as políticas públicas nacionais*. (Tese de Doutorado em Educação). 209 f. Centro de Educação. UFPE. Recife, 2009.

